

Como a lógica de partido-Estado e de “big men” determina a disputa eleitoral

- A competitividade, enquanto processo incerto nas eleições, não se aplica no caso moçambicano;
- Aqueles que dominam a cena política, na lógica de partido-Estado e de clientelismo, e os “grandes senhores” têm maiores chances de vencer as eleições;
- Representação da mulher nas listas para as autárquicas de 11 de Outubro está aquém do aceitável.

1. Nota introdutória

Com 31 proponentes formalizados na Comissão Nacional de Eleições para as autárquicas deste ano, nomeadamente 17 partidos políticos, três coligações de partidos políticos e 11 grupos de cidadãos eleitores proponentes; e com os cabeças de lista dos principais partidos conhecidos para os 65 municípios que vão às eleições este ano, o Consórcio Eleitoral Mais Integridade realizou, no dia 10 de Agosto corrente, um webinar com o tema “Candidaturas às eleições autárquicas 2023: Competitividade, género e transparência no registo de concorrentes”.

O debate procurou perspectivar a competitividade nos principais municípios do país, a partir mesmo das candidaturas, sobretudo os cabeças de lista anunciados pelos partidos políticos. Mais ainda, o evento debruçou-se sobre até que ponto essas candidaturas respeitam questões de género, particularmente a inclusão da mulher.

Terceiro da série de webinários organizados pelo Consórcio Eleitoral Mais Integridade, o debate do dia 10 de Agosto teve como oradores Dércio Tsandzana, Cientista Político, Benilde Nhalevilo, Activista Social, e Paulo Cuinica, Porta-voz da CNE, sob a moderação da Jornalista e Activista Social, Fátima Mimbire. Outras perto de 50 pessoas também tomaram parte do evento virtual. Este Policy Brief resume as principais constatações e recomendações do evento.

2. As principais constatações

O webinar destacou que a competitividade eleitoral, também designada por competitividade política, que é a forma como os candidatos, partidos e cabeças de lista desenvolvem a sua acção política, garante-se num contexto de incerteza eleitoral, em que não há vencidos e nem vencedores à partida, isto é, conhecidos antes mesmo da votação. Mas a incerteza, concluiu-se, garante-se havendo transparência e clareza do jogo político, o que também é determinante para gerar confiança em relação aos processos eleitorais.

E é esta incerteza que vai determinar se uma eleição é ou não competitiva. Entretanto, em democracias limitadas ou com falências, como Moçambique, a competitividade eleitoral não é medida apenas pelo número de candidatos, mas, também, pela forma como os candidatos se batem para a sua eleição ou reeleição.

É neste contexto que a competitividade eleitoral, no caso moçambicano, ganha duas dimensões. Por um lado, a dimensão de partido-Estado e, por outro, de “big men”. A dimensão de partido-Estado assenta na ideia de que aqueles que dominam a cena política têm maiores chances de vencer as eleições. Trata-se de uma dimensão que olha a influência do partido-Estado como acção política. É que, num contexto como o de Moçambique, em que a actuação partidária se coloca acima do Estado, todo o partido que é Governo, não só a Frelimo, mas o MDM (na Beira) e a Renamo (em Quelimane e Nampula, por exemplo), vai, ao que resultou da discussão, mobilizar a sua lógica de dominação da coisa pública para usar como façanha para a sua reeleição.

Num contexto de descrença generalizada pela política, e em que os partidos estão em crise, incluindo de eleitores, por não conseguirem mobilizar novos eleitores, sobretudo jovens, porquanto o discurso de libertação (Frelimo), ou de que lutamos pela democracia (Renamo) e, ainda, de que somos partido jovem (MDM), já não mobilizam, sublinhou o evento. É por isso que todos os partidos vão procurar usar a sua dimensão de Estado, de busca de recursos que não encontram nos pagamentos que os membros deviam fazer para alimentar o partido.

Quanto à segunda dimensão, de “big men” (grandes senhores, aqui entendidos como homens e mulheres influentes e amplamente aceites junto do eleitorado), tem que ver com os candidatos de peso, aqueles que, a partir das suas façanhas ou recursos simbólicos (mobilização de empresários, realização de espectáculos, etc), estão na “pole position” para vencer as eleições. No evento, foi dado o exemplo de Manuel de Araújo, em Quelimane, como um “big man” que não precisa de uma dimensão partidária para ser favorito, porquanto mobiliza a sua lógica de um indivíduo localmente forte.

Entre outros, também foi referenciado João Ferreira, edil de Chimoio, como um dos “big man” que irá mobilizar os seus recursos pessoais e simbólicos para se fazer reeleger. Aqui, a conclusão foi de que a competitividade como processo incerto, em que as eleições não são ganhas previamente, em que não se sabe quem será o vencedor, não se aplica no caso de Moçambique, em que a lógica de “big men” é muito mais prevacente que qualquer tendência de organização e de procedimentos.

É neste sentido, de combinação de “big men” e de partido-Estado, onde se cose a competitividade eleitoral, em Moçambique. Mas também foi enfatizada a forma como os órgãos eleitorais gerem as eleições. Aqui, foi destacado que quando o árbitro se coloca como actor central do processo, isso também determina até que ponto as eleições podem ser justas, transparentes ou credíveis

Fraca representação da mulher

Em relação à inclusão de género nas candidaturas para as eleições autárquicas deste ano, o evento notou, com preocupação, a fraca representatividade da mulher, particularmente como cabeça de lista, até nos três principais partidos do país, a Frelimo, a Renamo e o MDM, mesmo que, no recenseamento, as mulheres tenham sido a maioria dos inscritos.

A situação até é de uma certa surpresa porquanto o país já realizou eleições em que as mulheres já estiveram em maior número. Mas, actualmente, a representatividade da mulher nas candidaturas da Frelimo, Renamo e MDM situa-se abaixo de 20%. O evento questionou o que isso significa sobretudo num país em que o discurso de inclusão de género não é novo. Pelo contrário, desde a luta de libertação nacional que se vem falando sobre a promoção da mulher para, hoje, perto de 50 anos depois da independência e com muito mais mulheres formadas, incluindo com ensino superior, com capacidades e conhecimento, ter-se números bastante baixo de mulheres indicadas como cabeças de lista.

Assim, foi consensual que estes retrocessos, que revelam que dentro dos próprios partidos há, ainda, negação das mulheres, não podem ser permitidos pela sociedade moçambicana. Aliás, até nos órgãos de administração eleitoral, ainda não existe equilíbrio em termos de representação da mulher.

Constituído em 2022, o Consórcio Eleitoral “Mais Integridade” tem como objectivo contribuir para a transparência e integridade do ciclo eleitoral 2023-2024, avaliando, de forma objectiva e isenta, o seu desenrolar, produzindo informação e análise públicas e credíveis sobre as várias fases do processo, incentivando o nível e a qualidade de participação dos cidadãos e contribuindo para a redução das tensões eleitorais.

O Consórcio está a observar, nas 65 autarquias do país, todos os actos do processo eleitoral de 2023, desde o recenseamen-

Mas outra perspectiva da representatividade da mulher é sobre em que medida as que são eleitas carregam, efectivamente, uma agenda de género. Aqui, a tese foi de que a representatividade não é apenas uma questão de números. Mais do que ter a indicação de mulheres ou mesmo aprovação de leis e de políticas, é preciso, pois, que as mulheres que são colocadas nas listas carreguem a responsabilidade de igualdade de direitos entre homens e mulheres, da mesma forma que é preciso que se desafie o sistema patriarcal vigente na sociedade moçambicana.

Por outro lado, sugeriu-se a necessidade de se pensar na mulher votante que, por causa da sociedade patriarcal vigente, associado ao analfabetismo, normas e práticas culturais e religiosas, muitas vezes espera que lhe seja dita para votar neste ou naquele candidato ou partido, acabando por votar em candidatos e partidos que não apresentam nenhuma agenda de género, apenas porque lhes foram indicados pelos maridos, a sociedade e os próprios partidos nos quais a mulher milita.

3. Recomendações

- Garantir-se incerteza eleitoral como forma de gerar competitividade eleitoral;
- Evitar-se o recurso ao Estado pelos partidos políticos como base para a sua eleição, ainda mais numa base clientelista;
- Partidos políticos devem apostar, ainda mais, na equidade de género, colocando mulheres em lugares cimeiros nas candidaturas;
- Moçambique deve avançar para uma lei eleitoral que garanta igualdade de género;
- Sociedade civil deve trabalhar ainda mais em defesa da inclusão da mulher na política;
- Preparar as mulheres para quebrarem o sistema patriarcal que domina a sociedade, passando a escolher candidatos e partidos em função das suas propostas, incluindo sobre género.

to até à campanha, votação, apuramento e à promulgação dos resultados pelo Conselho Constitucional. O Consórcio é composto pela Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP) da Igreja Católica, Centro de Integridade Pública (CIP), Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA), Solidariedade Moçambique (SoldMoz), Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Capítulo Moçambicano do Instituto para Comunicação Social da África Austral (MISA Moçambique) e Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência (FAMOD).

Membros:



COMISSÃO EPISCOPAL DE JUSTIÇA E PAZ
MOÇAMBIQUE



Para mais informação sobre o Consórcio, contacte-nos através de:

Rua Fernão Melo e Castro, nr. 124 | Bairro da Sommerschild, Maputo, CP 3266 | E-mail: cip@cipmoz.org | Tel: +258 21499916
Contacto Directo: Edson Cortez | E-mail: edson.cortez@cipmoz.org e edcortez@gmail.com | tel:+25884951701